

ACM só espera indicações para instalar as CPIs

A Comissão Parlamentar de Inquérito proposta para apurar irregularidades no Poder Judiciário poderá ser instalada até o final desta semana. Essa é a expectativa do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que apenas espera as indicações pelos diversos partidos dos integrantes da CPI para marcar a data da sua instalação. Antonio Carlos disse que a CPI do Sistema Financeiro deve começar a funcionar logo em seguida. Na opinião do presidente do Senado, as duas comissões não trarão nenhum prejuízo às demais atividades da Casa. Ele recebeu ontem uma comitiva de senadores norte-americanos.

PÁGINA 3



Antonio Carlos recebeu senadores norte-americanos e garantiu que o Brasil mudou para melhor. "Os investimentos agora têm garantia de êxito e segurança", disse

Arruda acha que a comissão deve ter 90 dias de prazo para debater a reformulação do sistema tributário



Proposta comissão para debater reforma tributária

Autor da sugestão, José Roberto Arruda acredita que ela poderá ajudar o Senado a assumir a liderança na renegociação do pacto federativo

O senador José Roberto Arruda propôs ontem, em plenário, a formação de uma comissão especial para debater a reforma tributária. A essa comissão caberia apresentar, no prazo de 90 dias, um conjunto de propostas para alterar a estrutura de impostos, taxas e contribuições vi-

gente no país.

Para Arruda, a missão fundamental a ser cumprida com a reforma tributária é a constituição de "um novo pacto federativo", atribuição que, no seu entender, é do Senado Federal.

A idéia recebeu imediato apoio por parte do senador Ramez Te-

bet, para quem a comissão sugerida por Arruda "já vem tarde". Tebet acha que a reforma tributária deve fortalecer os estados e municípios.

Também apoiaram a proposta de Arruda os senadores Edison Lobão, Osmar Dias e Roberto Requião.

PÁGINA 5



Defensor de fatias maiores da arrecadação total para os estados e municípios, Ramez Tebet diz que a comissão proposta por Arruda "já vem tarde"

Política de educação ambiental vai a votação amanhã

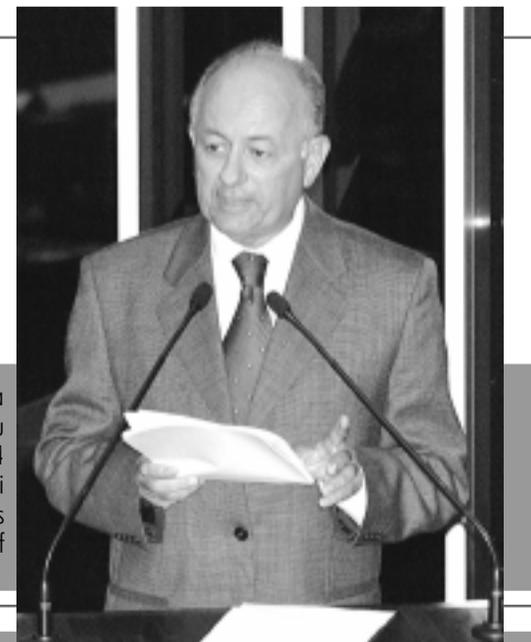
PÁGINA 2

José Jorge pede verbas para o Fundef

O senador José Jorge defendeu o aumento da participação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

PÁGINA 4

Segundo José Jorge, a União contribuiu com apenas R\$ 524 milhões dos R\$ 13,3 bilhões movimentados pelo Fundef



Plenário discute projeto sobre educação ambiental

Proposta prevê formação de professores e destinação ao ensino de 20% das multas cobradas de agressores do meio ambiente

O plenário do Senado discute amanhã projeto que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, cumprindo determinação prevista na Constituição. A proposta torna obrigatória a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

De autoria do deputado Fábio Feldmann, o projeto conta com pareceres favoráveis da senadora Marina Silva (PT-AC) e do então senador Joel de Hollanda nas comissões de Assuntos Sociais e de Educação.

De acordo com Fábio Feldmann,

as constituições dos estados, a exemplo da Carta federal, incluíram capítulos sobre a proteção ao meio ambiente e definem a educação ambiental como um dos principais instrumentos dessa proteção. No entanto, não existe até agora uma orientação geral sobre a educação ambiental, o que é proposto pelo projeto em discussão.

Entre outras coisas, o projeto determina que os professores devem fazer cursos de formação em educação ambiental e que 20% dos recursos arrecadados com a aplicação de multas contra agressores do meio

ambiente devem ser aplicados em educação ambiental.

Também na sessão de amanhã, o plenário votará mensagens do presidente da República indicando novos embaixadores. O ex-portavoz da Presidência Sérgio Amaral foi indicado para ocupar a embaixada brasileira na Grã-Bretanha, enquanto o atual embaixador nos EUA, Paulo Tarso Flecha de Lima, irá para a Itália. Celso Amorim chefiará a delegação permanente do Brasil em Genebra e Gelson Fonseca Júnior será chefe da missão do Brasil na ONU.

CE analisa ensino de direitos humanos a policiais

Projeto que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial, de autoria da então senadora Benedita da Silva, é um dos catorze itens da pauta da Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), que se reúne hoje, após a Ordem do Dia. A proposta tem parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR). Entre as matérias que serão examinadas pela comissão, estão ainda renovações de concessões e permissões a emissoras de rádio e televisão e re-

querimentos para o comparecimento do ministro da Educação e Desporto, Paulo Renato Souza, em audiência pública.

O projeto de Benedita da Silva estabelece que o estudo dos direitos humanos deverá receber especial realce nos cursos de formação de policiais civis, militares, federais, rodoviários e ferroviários federais. De acordo com a proposição, a disciplina poderá ser oferecida diretamente pelas academias de polícia ou mediante convênio com ins-

tuições de educação superior.

MINISTRO

A presença do ministro da Educação na Comissão de Educação é solicitada pelas senadoras Emilia Fernandes (PDT-RS) e Luzia Toledo (PSDB-ES). Emilia quer convocar Paulo Renato para que preste informações sobre a política governamental para radiodifusão com fins exclusivamente educativos. Luzia Toledo solicita esclarecimentos sobre o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef).

CAE aprecia transferências ao Distrito Federal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10 horas, para apreciar projetos de lei sobre alteração da Lei Camata quanto aos gastos do Distrito Federal e da União e sobre transferência de recursos federais para programas de alimentação escolar. A comissão, presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), também vai examinar mensagem do Executivo com a programação monetária do segundo trimestre deste ano. Depois de votadas na CAE, as três matérias serão sub-

metidas ao plenário.

O projeto que altera artigo da Lei Complementar nº 32, de março de 1995 – a chamada Lei Camata, que fixa um percentual de 60% da receita líquida de estados, municípios e Distrito Federal com despesas de pessoal –, é de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). O parlamentar quer que as transferências constitucionais para o Distrito Federal, vinculadas à prestação de serviços públicos específicos, como segurança pública, sejam computadas uma úni-

ca vez como gastos da União. Ele pretende evitar que tais despesas sejam novamente computadas como gastos do Distrito Federal.

Segundo Estevão, a iniciativa do governo de conter os gastos públicos com a folha de servidores “é louvável”. Mas seria um equívoco considerar as transferências constitucionais vinculadas à prestação de serviços públicos como receita corrente líquida do ente federado. O relator da matéria, senador Osmar Dias (PSDB-PR), deu parecer favorável ao projeto.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 11h - Recebe o senhor Luciano Martins
- ▶ 15h - Participa da posse de Pedro Parente no cargo de ministro de Estado do Orçamento e Gestão. *Palácio do Planalto*
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Requerimento nº 106/99, que solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos PLS nºs 63, 97 e 159/99, por versarem sobre campanhas publicitárias de empresas fabricantes de cigarro e bebidas alcoólicas; *Requerimento nº 79/99, que solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos PLS nºs 63 e 97/99, por versarem sobre campanhas publicitárias de empresas fabricantes de cigarro e bebidas alcoólicas; e *Requerimento nº 94/99, que solicita, nos termos regimentais, que sobre o PLC nº 1/96 (nº 1.727/91, na Casa de origem), que institui, para os estados, Distrito Federal e municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *PLC nº 63/96, que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; *PLS nº 13/99, que dispõe sobre cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal; *Mensagem nº 97/99, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária para o segundo trimestre de 1999; e *Mensagem nº 93/99, que propõe ao Senado a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente até US\$ 25 milhões entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), destinada a financiar parcialmente o Programa Interlegis - Rede de Integração Legislativa. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*
- ▶ Após Ordem do Dia - Comissão de Educação
Pauta: *PLC nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *Requerimento nº 1.133/95, que trata do sobrestamento do estudo das emendas da Câmara dos Deputados ao PLS nº 110/88, a fim de aguardar decisão sobre o PLS 197/95; *Requerimento da senadora Luzia Toledo, solicitando o comparecimento do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para prestar informações sobre o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental, o Fundef; *Requerimento do senador Pedro Simon, que propõe a criação da subcomissão de Rádio e Televisão; *Requerimento do senador Luiz Otávio, que solicita o depoimento da secretária de Educação Fundamental, Iara Glória Areias Prado, do diretor do Fundo de Fortalecimentos das Escolas, Emílio Marques; e de dirigentes subordinados ao Ministério da Educação para prestarem esclarecimentos acerca do levantamento do governo, no tocante à distribuição das escolas nas regiões Norte e Centro-Oeste; *Requerimento da senadora Emilia Fernandes, que propõe a convocação do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, a fim de prestar informações a respeito da política governamental para a radiodifusão com fins exclusivamente educativos; *PDL nº 14/95, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Televisão Vanguarda Ltda., de Cornélio Procopio (PR); *PDL nº 140/98, que aprova o ato que renova a concessão da Difusora Ouro Verde Limitada de Curitiba (PR); *PDL nº 86/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Colatina Rádio Som Ltda., de Colatina (ES); *PDL nº 38/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Lins Rádio Clube Ltda., de Lins (SP); *PDL 127/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura Araraquara Ltda., de Araraquara (SP); *PDL nº 102/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Canindé Ltda., de Canindé (CE); e *PDL nº 124/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação São Benedito da Lapa para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade da Lapa (PR). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

- Quarta-feira (7.4.99)
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 61/97, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; *Mensagem nº 71/99, submete à deliberação do Senado a escolha de Celso Luiz Nunes Amorim para exercer a função de embaixador, chefe da delegação permanente do Brasil em Genebra; *Mensagem nº 72/99, submete à deliberação do Senado a escolha de Gelson Fonseca Júnior para exercer a função de embaixador, chefe da missão do Brasil junto às Nações Unidas; *Mensagem nº 84/99, submete à deliberação do Senado a escolha de Sérgio Silva do Amaral, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; e *Mensagem nº 86/99, que submete à deliberação do Senado a escolha de Paulo Tarso Flecha de Lima para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Italiana.
- Quinta-feira (8.4.99)
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PDL nº 6/99, que aprova o texto do Convênio Interamericano sobre Permissão Internacional de Radioamador, aprovado em Washington, em 8/7/95; *PDL nº 11/98, que aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos, celebrado entre Brasil e Hungria, em Brasília, em 3/4/97; e *PDL nº 4/99, que aprova o texto do acordo comercial celebrado entre Brasil e Indonésia, em Brasília, em 24/9/96.
- Sexta-feira (9.4.99)
▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Francelino comemora nova etapa para tornar Diamantina Patrimônio da Humanidade

Unesco deve reconhecer Diamantina, diz Francelino

A aprovação da cidade mineira de Diamantina em mais uma etapa na busca do reconhecimento pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade foi comemorada pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG). Ele anunciou ontem em plenário a aprovação de Diamantina pelo Conselho Internacional para Monumentos, Cidades e Sítios Históricos, órgão responsável pela perícia para o ingresso na lista de cidades e monumentos que aspiram àquela qualificação.

– A cidade de Diamantina tornou-se hoje o centro das atenções de Minas e dos mineiros, do Brasil inteiro, do mundo voltado para a cultura e o patrimônio histórico e arquitetônico como instrumento não apenas de preservação, mas também de desenvolvimento e bem-estar social – disse o senador.

Ao comentar essa vitória da cidade mineira, Francelino enalteceu o trabalho do jornalista Américo Antunes, “por sua dedicação à idéia de tornar a cidade Patrimônio Cultural da Humanidade”. Registrou também a importância dos apoios do prefeito da cidade, João Antunes, e do ministro da Cultura, Francisco Weffort.

O senador fez um relato da formação cultural, histórica e arquitetônica da cidade e salientou que “Diamantina afirma-se como cidade histórica Patrimônio Mundial, pela singularidade de seu conjunto arquitetônico e de sua paisagem natural”. Para ele, a decisão definitiva em favor da cidade, que deverá ser anunciada em dezembro, colocará Diamantina em um patamar superior.

– Não virão milagres, transformações inusitadas. Mas a cidade desde logo receberá uma titularidade que poucas conquistam no mundo inteiro – observou.

ACM pretende instalar logo as duas CPIs

Presidente do Senado acredita que os partidos indicarão seus representantes nas comissões de inquérito e prevê para esta semana o início dos trabalhos da que investigará o Judiciário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou ontem sua confiança de que os partidos farão as indicações dos integrantes das duas comissões de inquérito criadas pela Casa. Na sua avaliação, a CPI do Judiciário será instalada até o final desta semana (na quinta ou sexta-feira), sendo logo seguida pela CPI do Sistema Financeiro.

– A CPI não vai ser esvaziada – garantiu.

O senador voltou a indicar que considera a instalação dessas duas comissões um fato irreversível, descartando as especulações de que elas seriam objeto de “esfriamento” político. Informou que hoje vai conversar com o líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), autor do requerimento da CPI do Sistema Financeiro, para tratar do assunto.

Antonio Carlos negou, também, a existência de “arestas” sobre o assunto no PFL.

– Eu não sei de que arestas estão falando. No meu partido, não existem – assegurou.

Quando ao fato de o líder do PFL, Hugo Napoleão, ter manifestado preocupação com a coexistência de duas CPIs na Casa, o presidente do Senado lembrou que foi o primeiro a externar essa ponderação, mas a realidade o fez aceitar o funcionamento simultâneo.

– Fazer uma CPI após a outra seria a solução ideal, mas a política é a arte do possível. Vamos fazer as duas juntas – disse.

O senador explicou por que acredita que o funcionamento das CPIs não afetará negativamente a tramitação das reformas:

– A reforma política será feita a seu tempo, ainda neste semestre, e a tributária terá início nele. Vamos trabalhar bastante, o que será bom para o Senado e para o Congresso – salientou.

CPI DO JUDICIÁRIO

Antonio Carlos Magalhães reagiu à nota de presidentes de tribunais

de Justiça que aconselha os magistrados a não comparecerem à CPI do Judiciário, afirmando que “os juízes que fugirem estarão dando demonstração de corrupção e nepotismo”.

A assessoria do presidente do Senado divulgou, com autorização do autor, carta de apoio à CPI assinada pelo jurista e ex-deputado Hélio Bicudo, que vê na comissão a concretização de seus esforços para fazer a reforma do Judiciário (veja a íntegra ao lado).

Antonio Carlos esclareceu que a convocação de magistrados pela CPI só ocorrerá se necessária:

– Não há pretensão inicial de convocar, porque já temos provas evidentes de corrupção de juízes, e também de construção de prédios suntuosos com desvio do dinheiro público, como o Fórum de São Paulo – afirmou.

O senador informou ter sido procurado por “juízes de bem que se ofereceram para depor na CPI, porque querem uma Justiça correta, sem corrupção, sem nepotismo, e ágil”, e acrescentou que já se considera recompensado com a repercussão alcançada por sua iniciativa:

– Fico com as manifestações que me têm chegado, dos mais

CARTA DE HÉLIO BICUDO

“Como o ilustre amigo sabe, há muitos anos venho discutindo a necessidade de termos uma reforma do Poder Judiciário, de sorte a democratizá-lo, aproximando-o, ademais, do povo, do qual se acha distanciado. Nesse sentido, quando deputado federal, apresentei projeto de emenda em 1991, exatamente com o intuito de provocar uma discussão aberta, para que, afinal, se colhessem os resultados que poderiam permitir a construção de um novo Judiciário, mais democrático e mais ágil.

Ao fim de quase dez anos, a instauração da CPI proposta pelo senador, além dos frutos próprios que irá propiciar, está empurrando para frente a reforma do Judiciário. O que não se fez, passado tanto tempo, começa a se fazer agora, graças à sua vontade, que espelha a vontade da sociedade civil como um todo.

Diga-se o que se disser, o Brasil e, sobretudo, essa parcela de nosso povo, tão excluída, ficará devendo ao senador Antonio Carlos Magalhães mais esse serviço, com a esperança de que, num futuro próximo, possamos contar com juízes abertos à verdadeira realização da Justiça.”

ilustres brasileiros e do povo do meu país, que querem modificações imediatas na Justiça, porque ela está perdendo sua categoria em função de alguns corruptos e de outros que não querem trabalhar. A Justiça, quando funciona,

é para os ricos, e por isso temos que mudar, e já estamos conseguindo: a nossa fala, a nossa proposta de CPI, só isso já foi suficiente para intimidar os corruptos e os corporativistas que vieram se reunir em Brasília – afirmou.



Antonio Carlos Magalhães disse a senadores norte-americanos que o Brasil “mudou para melhor e os investimentos agora têm garantia de êxito e segurança”

Senado recebe parlamentares norte-americanos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, a uma comitiva de senadores norte-americanos, que o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo governo brasileiro garante os investimentos no país.

– O Brasil mudou para melhor

e os investimentos agora têm garantia de êxito e segurança – afirmou.

O chefe da delegação, senador Tom Daschle, líder do Partido Democrata, ficou “muito bem impressionado” com a conversa, e referiu-se a Antonio Carlos dizendo que “o Brasil é feliz por tê-lo

como presidente do Congresso”.

Daschle informou que o objetivo da viagem da comitiva parlamentar ao Brasil é o estreitamento dos laços entre os dois países: “Nossas relações são boas, mas ainda podem melhorar”, observou.

Compõem também a comitiva, em visita oficial ao Brasil, os senadores democratas Byron Dorgan e Harry Reid. O Partido Republicano enviou Don Nickles e Ben *Night Horse* Campbell, representante da comunidade indígena norte-americana.

José Jorge quer fortalecer Fundef

Para o senador, é preciso que a União seja mais “generosa” na complementação de recursos que os municípios utilizam na educação fundamental, elevando a sua participação

Ao fazer um balanço preliminar do primeiro ano de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o senador José Jorge (PFL-PE) defendeu ontem que a União seja mais “generosa” na complementação de recursos para o sistema. Ele pediu também um aumento dos atuais R\$ 315 por aluno/ano para “algo bem maior”, em torno de R\$ 600 ou R\$ 700:

– A participação da União, inclusive, não precisa se traduzir com a criação de novas receitas. Ela pode se dar com uma maior racionalização de recursos hoje destinados a outros programas, de forma mais específica através da concentração de todas as ações no Fundef – sugeriu o senador.

Segundo José Jorge, o Fundef reúne 15% dos principais impostos e transferências de cada estado e 15% das principais transferências dos municípios, redistribuindo os recursos proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas redes públicas estaduais e municipais de ensino fundamental, e o governo federal obriga-se a fazer complementação quando o valor fica abaixo do mínimo fixado para o custo aluno/ano. O cálculo do coeficiente de redistribuição dos recursos é determinado pelo número de matrículas coletado anualmente pelo Censo Escolar.

A partir de dados do Ministério da Educação (MEC), o senador informou que no primeiro ano de funcionamento, o Fundef movimentou R\$ 13,3 bilhões. Desse montante, os estados contribuíram com R\$ 8,6 bilhões, os municípios com R\$ 4,2 bilhões e o governo federal com R\$ 524 milhões.

Para o senador, o mecanismo de funcionamento adotado pelo Fundef acarretou perda líquida de recursos por parte de governos estaduais e em alguns municípios, sobretudo nas capitais, levando a União a tomar medidas reparadoras para atender essas perdas de receita, através da concessão de

empréstimos a esses governos em montantes equivalentes às referidas perdas.

José Jorge acredita que a concessão de empréstimos não vai solucionar completamente o problema e, diante da crise financeira dos estados, representa medida apenas paliativa. Para amenizar a

difícil situação de caixa dos estados, continuou o senador, o governo federal editou a Medida Provisória nº 1.816, de 18 de março passado, excluindo do cálculo das receitas líquidas dos estados, para efeito de pagamento de suas dívidas, o montante de recursos repassados por eles ao Fundef:

– Mesmo diante dessas limitações e reconhecendo que algumas reclamações são plenamente procedentes, é relevante destacar que o Fundef precisa ser visto sob uma ótica mais ampla, resultante de seu enorme e inquestionável alcance social. Assim, quando municípios passam a receber mais recursos para aplicar no ensino fundamental, todo o estado se beneficia, pois os recursos permanecem dentro de seus limites, não migrando para outras unidades da Federação – afirmou o senador.

O senador José Jorge também apontou aspectos positivos do Fundef, como permitir que as três esferas do poder público tenham uma participação no financiamento do ensino fundamental; a explicitação de um valor mínimo por aluno; e a melhoria salarial dos professores, pois há a obrigatoriedade de que pelo menos 60% de seus recursos sejam utilizados no pagamento dos professores. De acordo com dados do MEC apresentados pelo senador, a remuneração dos professores teve um aumento médio de 12,9%. “Se levarmos em conta a inflação acumulada no ano, medida pelo Índice Geral de Preços/Fundação Getúlio Vargas, de 2,5%, configurou-se um ganho real de salário para o magistério acima de 10 pontos percentuais”, concluiu o senador.



José Jorge acha que concessão de empréstimos não vai solucionar questão

Senadores apóiam ênfase na educação

Os senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Carlos Wilson (PSDB-PE) apoiaram, em apertes, a sugestão do senador José Jorge (PFL-PE) para aumentar a participação do governo federal no Fundef. Quintanilha reconheceu que houve avanços na educação brasileira e disse que esta é “a tecla que temos que bater todos os dias: educação, educação, educação em todos os níveis”. O senador lembrou que o trabalhador despreparado será um excluído da sociedade devido às novas exigências do mercado de trabalho.

Ramez Tebet ressaltou que a educação é a mola mestra de qualquer país que pretenda melhorar a qualidade de vida de sua população. “O Fundef é um grande instrumento para a valorização e incremento da educação no Brasil”, afirmou Tebet, esperançoso de que a União aumente o volume de recursos que investe no Fundef.

O senador Carlos Wilson disse que já esperava que a estréia de José Jorge na tribuna do Senado tivesse como tema a educação. Wilson lembrou que José Jorge foi o relator na Câmara dos Deputados do projeto que criou o Fundef e que dedicou sua vida política à causa da educação. “O Fundef é a forma mais democrática e justa de distribuição de recursos entre 30 milhões de alunos da rede pública de ensino municipal e estadual”, afirmou o senador. Carlos Wilson ainda lamentou a falta do ex-senador João Calmon, igualmente batalhador pela educação, mas disse estar feliz porque José Jorge preencherá o vazio deixado por Calmon.



Alcântara citou pesquisa publicada pela Folha de S. Paulo para justificar seu otimismo

Alcântara vê bons sinais em pesquisa

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem que, numa época de pessimismo, descrença e falta de confiança no futuro e nos governantes, dois fatos ocorridos no final de semana sinalizam para um futuro melhor. O primeiro deles, relatou o senador, foi a publicação no jornal *Folha de S. Paulo* de uma pesquisa feita entre 400 entidades filantrópicas sobre os problemas sociais brasileiros. Segundo a pesquisa, os problemas sociais vêm diminuindo no Brasil. “A pesquisa pode ser discutível, mas pode ser que este seja um sinal de que estamos caminhando para a diminuição dos problemas sociais”, avaliou.

De acordo com a pesquisa comentada por Lúcio Alcântara, os problemas sociais têm diminuído no interior e aumentado nas capitais, principalmente na Região Sudeste. A diminuição foi detectada em quase todos as áreas sociais, exceto na saúde.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ser difícil acreditar nesta pesquisa. Para o senador, o quadro da economia brasileira é desalentador e não dá para acreditar que os problemas sociais estejam diminuindo quando estão aumentando os índices de desemprego.

Lúcio Alcântara afirmou que o segundo fato sinalizador de otimismo foi a doação de patrimônio ao Museu de Petrópolis no valor de US\$ 15 milhões feita por um empresário carioca.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) destacou que existem empresários realistas e sensíveis, sempre prontos a ajudar caso existam projetos corretos, justos e sérios por parte dos governos. Maguito citou o exemplo da indústria Arisco, que doou toneladas de alimentos para programas realizados quando era governador de Goiás.

Dutra prevê riscos com a privatização da Chesf

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) alertou ontem para os perigos que, segundo ele, cercam a privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). “Não se trata simplesmente de vender uma empresa geradora de energia elétrica, mas também de privatizar



Dutra teme pelo futuro do rio São Francisco

uma companhia que é gestora do rio São Francisco, de suas águas e de suas populações ribeirinhas,

em especial de programas de aproveitamento agrícola e irrigação.”

Dutra considerou que o bom senso levou o governo a adiar a Assembleia da Eletrobrás que trataria da venda de Tucuruí e da Chesf. “As várias barragens que se sucedem ao longo do rio São Francisco são

usadas para regular sua vazão, de acordo com necessidades, por vezes, diferentes da mera geração de

energia elétrica. Isso pode ser feito porque todas pertencem à Chesf, que, por sua vez, é estatal. É assim que se irrigam projetos de fruticultura e outros aproveitamentos agrícolas em terras ribeirinhas.”

Se essas barragens forem compradas por diferentes empresas particulares, Dutra teme que essa integração não ocorra. “Políticos e sindicatos de trabalhadores da região do São Francisco estão manifestando sua preocupação em relação a esse rio que repre-

senta patrimônio de gerações de nordestinos”, enfatizou.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) garantiu que o governo estabelecerá regras para disciplinar essas questões, a serem fiscalizadas pela Agência Reguladora de Energia Elétrica. Também em aparte, a senadora Heloisa Helena (PT-AL) lamentou que o rio São Francisco não tenha sido usado, até hoje, para desenvolver adequadamente o potencial agricultável do Nordeste.



Rocha disse que em boa hora sociedade desperta para discutir questão do desemprego

Rocha aprova tema da Campanha da Fraternidade

“O charme da globalização se esvaneceu”, afirmou ontem o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), ao comentar que, em boa hora, a Campanha da Fraternidade veio conclamar a sociedade a refletir sobre o desemprego, a buscar soluções possíveis e a unir suas forças na redistribuição de renda e na construção de um país mais fraterno.

O senador observou que, apesar das advertências de vários setores, os formuladores da política econômica brasileira ainda não se convenceram do fim da globalização, daí por que Rocha considera tão importante que a Campanha da Fraternidade denuncie os erros dessa política que ele classifica como equivocada.

Sebastião Rocha informou que o desemprego aflige hoje inúmeras sociedades, incidindo até sobre as nações mais ricas. Mas ressaltou que seus efeitos são mais angustiantes nos países periféricos, onde o emprego, quase sempre, significa a sobrevivência do trabalhador e de sua família:

– É mister ainda observar que o desemprego tem um caráter estrutural tanto mais acentuado quanto mais periférica a economia – afirmou o parlamentar. Para ele, a financeirização da economia e a globalização dos mercados são os grandes fatores responsáveis pelos altos índices de desemprego em todo o mundo. Ele lastimou que o capital tenha deixado de ser instrumento de produção para gerar mais dinheiro.

Também afirmou que o domínio do capital especulativo não conhece barreiras éticas nem alfandegárias ou geográficas. E acrescentou que um grande especulador hoje pode quebrar a economia de um país de porte médio da noite para o dia.

Arruda propõe comissão para discutir a reforma tributária

Para parlamentar, futuro sistema de impostos depende de novo pacto federativo, cuja negociação cabe aos senadores

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) propôs ontem que o Senado crie uma comissão temporária para discutir, por 90 dias, a reforma tributária, que está sendo estudada pelo governo. Para ele, a reformulação do sistema tributário nacional exige “um novo pacto federativo”, cuja negociação cabe ao Senado. O senador apresentou ontem requerimento para que seja instituída a comissão especial.

Depois de afirmar que assinou os requerimentos de criação das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro, Arruda alertou que a comissão destinada a investigar denúncias de irregularidades bancárias “deve tomar os cuidados necessários para que não provoque danos à estabilidade econômica” do país.

Segundo José Roberto Arruda, “o mercado” entendeu que o governo havia errado, no início de janeiro, ao aumentar as bandas cambiais, pouco antes de permitir a livre flutuação do câmbio. Com isso, alguns bancos “obtiveram ganhos desmedidos”, mas “não se precisa de uma CPI para investigar esse assunto”, opinou o senador.



Arruda propõe que o Senado crie uma comissão para discutir a reforma tributária no prazo de 90 dias

Arruda foi apoiado, em aparte, pelos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Osmar Dias (PSDB-PR). Lobão acredita que, se o Congresso “acertar na reforma tributária”, o Brasil “entrará numa nova fase de crescimento. Se errar, será um desastre”. Já Osmar Dias observou que os “remendos” que vêm sendo feitos nos últimos anos na área tributária “têm tornado mais difi-

cil a vida dos trabalhadores”.

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou, também em aparte, que “a nação está cheia de catastrofismos”, apregoados por “pessoas que ficam a dizer que uma CPI de bancos pode jogar o país numa crise irreversível”. Disse ter ouvido afirmações parecidas quando se anunciou a CPI dos Precatórios (da qual foi relator), mas “seus autores estavam errados”.

Requião manifestou a opinião de que a reforma tributária “é desejável pelo governo, para aumentar a arrecadação de impostos”, e sustentou que o Senado deve investigar as denúncias apresentadas na semana passada pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho, e verificar inclusive novos fatos, como o prejuízo de R\$ 7 bilhões que o Banco Central teve no mercado futuro de câmbio.

Geraldo Melo sugere tarifa social de energia elétrica

Foi encaminhado em caráter terminativo à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) projeto de lei do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que prevê a criação de uma tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda, no valor fixo de R\$ 2, pelo prazo de cinco anos.

De acordo com o projeto, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) terá 60 dias para definir os critérios para enquadrar o usuário como consumidor de baixa renda e fixará a tarifa a ser cobrada ao final do prazo de cinco anos. O valor será limitado ao total pago pela empresa distribuidora à geradora acrescido de uma taxa de administração cujo valor não excederá a 15%.

Em sua justificativa, o senador Geraldo Melo lembra que mesmo os serviços de distribuição de energia elétrica privatizados não perdem seu caráter de serviço público, cabendo ao Estado evitar que os consumidores de baixa renda sejam prejudicados pela “transição abrupta entre a atual política de preços e a nova realidade oriunda das privatizações”.

Tebet cobra juros menores para os fundos regionais

Em apelo dirigido à área econômica do governo, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem que os juros cobrados pelos bancos gestores dos fundos regionais de desenvolvimento inviabilizam qualquer projeto produtivo e precisam ser baixados a níveis mais razoáveis, por exemplo, em torno de 8% ao ano.

O senador salientou que os fundos constitucionais foram criados, com o apoio das bancadas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, para estimular o sistema produtivo e evitar o aprofundamento das desigualdades regionais no país. As taxas de juros cobradas atualmente, a seu ver, vão de encontro a essa intenção original.

Tebet destacou a situação dos agricultores do Centro-Oeste, de modo geral, e de Mato Grosso do Sul, em particular, penalizados por medida provisória recém-editada

pelo governo em que os juros dos empréstimos realizados pelos fundos constitucionais passaram a ser calculados pelo IGP (Índice Geral de Preços), em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

– Em fevereiro, os juros foram de 4,4%, o que agravou ainda mais a situação dos devedores – afirmou.

Segundo o senador, há 90 mil operações de crédito contratadas com recursos do Fundo do Centro-Oeste, perfazendo um total de aproximadamente R\$ 2 bilhões.

Ramez Tebet também registrou sua concordância em relação à proposta de o Senado, como Casa da Federação, assumir a liderança do debate sobre a reforma tributária, conforme propôs o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

A seu ver, isso já poderia ter sido feito através da Comissão de Assuntos Econômicos, ou de uma subcomissão dentro dela, sem necessida-



Tebet citou o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste como exemplo das altas taxas de juros praticadas atualmente

de de criar uma comissão especial. “Mas que venha a comissão, e já vem tarde”, reiterou. A reforma tributária, na sua opinião, deve fortalecer estados e municípios, além de redistribuir o peso dos impostos de modo a que estes não recaiam majoritariamente sobre os assalariados.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), em aparte, salientou que pesquisa divulgada pelo

jornal *O Estado de S. Paulo* indicou que a maioria da população também quer que os municípios tenham maior participação na partilha de recursos públicos federais.

Ele manifestou, no entanto, seu temor de que a reforma tributária “caia mais uma vez em cima do contribuinte”, dadas as grandes dificuldades para equacionar os interesses divergentes das diversas entidades federadas.

Heloísa Helena (PT-AL), solidarizando-se com Tebet, acentuou que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste “vivenciam um cotidiano perverso”. No caso de seu estado, apesar das potencialidades de desenvolvimento do turismo, ela acredita que a agricultura ainda é “a grande alternativa”.

Senador sugere redivisão territorial

Eduardo Siqueira Campos cita o estado do Tocantins como exemplo de sucesso que poderia vir a ser seguido por regiões que hoje integram os estados da região amazônica



Marina Silva defendeu a adoção de um plano de desenvolvimento sustentável

Marina condena devastação da Amazônia

Ao citar matéria de capa da revista *Veja* desta semana que trata da devastação da floresta amazônica pelas motosserras, a senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu ontem um plano de desenvolvimento econômico e sustentável, além de um zoneamento ecológico e econômico, para a região Norte. Ela disse que estas iniciativas já estão sendo tomadas no Acre pelo governador Jorge Viana, e fazem parte dos planos do governador do Amapá, João Capiberibe.

Na opinião da senadora pelo Acre, se iniciativas desse tipo não forem tomadas agora, em aproximadamente 50 anos a floresta amazônica poderá estar enfrentando uma situação complicada, correndo riscos até de extinção. Ela explicou que a floresta, por sua idade, não possui mais capacidade de se refazer com a mesma exuberância de antes, principalmente no que se refere às suas espécies diversificadas.

– Fiquei indignada ao ler a matéria, principalmente porque o texto assinado pelo jornalista Alexandre Mansur Cavalcanti registra que na região, principalmente na área do sul do Pará, cerca de 850 trabalhadores estão vivendo em regime de escravidão ou semi-escravidão, de acordo com dados do Ministério do Trabalho – destacou Marina Silva.

Prometendo voltar a tocar no assunto ainda esta semana, Marina Silva comentou que os maiores desmatamentos realizados na região são feitos em nome da pecuária ou da exploração madeireira. Ela argumentou que estas atividades econômicas são pouco importantes para o progresso ou para o desenvolvimento social da Amazônia, já que empregam pouca mão-de-obra.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) propôs ontem a redivisão territorial de alguns estados brasileiros, como forma de facilitar sua administração e propiciar o desenvolvimento econômico. De acordo com ele, a idéia vem sendo defendida pelos governadores dos estados do Acre, Roraima, Amazonas, Pará e Rondônia, que elaboraram projeto de reestruturação federativa, “preconizando a criação de quinze novos estados”.

Eduardo Siqueira Campos entende que o desmembramento de estados tem efeitos positivos, tanto para os novos estados quanto para aqueles que perdem parte de seus territórios, com a agilização do crescimento econômico de todas as regiões atingidas, e com geração de emprego e renda.

– O norte goiano, onde hoje está instalado o Tocantins, abandonou o completo subdesenvolvimento a que estava relegado, tornando-se o estado com o maior crescimento do



Eduardo Siqueira Campos lembra o acelerado crescimento econômico do Tocantins

PIB em todo o país. Por que, então, não ampliar essa estratégia, criando-se novas unidades da Federação, que, seguramente, impulsionarão o progresso e o desenvolvimento? – questionou.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que o governador Siqueira Campos lutou pela criação do estado do Tocan-

tins e soube levá-lo ao desenvolvimento. “Essa experiência é fundamental para a rediscussão desse assunto no país”, afirmou. Já para o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), a redivisão territorial é imperativa, e leva à harmonia socioeconômica do país. O senador Tião Viana (PT-AC) ressaltou que é importante discutir o assunto, a fim de que se crie um novo modelo político para o país.

CPI DOS BANCOS

Eduardo Siqueira Campos defendeu a instalação da CPI destinada a investigar irregularidades no sistema financeiro, requerida pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA). “A perda de R\$ 7,5 bilhões pelo país com a desvalorização cambial em janeiro justifica a instalação”, argumentou. Para ele, a comissão deve funcionar apenas no Senado. O senador anunciou a sua intenção de integrar a CPI.

Mauro deseja ouvir Parente sobre eixos de desenvolvimento

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) encaminhou requerimento à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para que o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, e seu secretário-executivo, Martus Tavares, sejam convidados a prestar esclarecimentos sobre o alcance do relatório relativo aos eixos de integração e desenvolvimento que está sendo preparado pelo ministério.

– Trata-se de matéria que diz respeito ao interesse de todas as regiões aqui representadas, e basta isso para justificar a necessidade de um debate amistoso e esclarecedor com as autoridades encarregadas da elaboração orçamentária. Neste momento de predefinição de prioridades futuras, no campo da infra-estrutura, é importante a presença e a participação do Senado na formulação das decisões – justificou.

De acordo com matéria publicada no jornal *Gazeta Mercantil*, citada por Mauro, o relatório, que deverá ser concluído pelo Ministério do Orçamento e Gestão ainda este mês, será distribuído a entidades empresariais do país “para ori-

entar seus futuros investimentos em regiões onde haja perspectivas promissoras de desenvolvimento”.

Mauro Miranda destacou a importância da elaboração desse documento. Para ele, isso é uma evidência de que o governo volta a se preocupar com o papel supletivo de apoio, orientação e estímulo a investimentos privados em áreas não tradicionais de desenvolvimento – o que considera a alternativa correta para mudar a injusta distribuição espacial da renda, concentrada hoje no litoral Leste e no Cen-



Mauro Miranda pediu a duplicação da rodovia que liga Goiânia a São Paulo

tro-Sul.

– Ao mesmo tempo em que venho louvar o relatório a ser lançado pelo governo, creio que cabe perguntar se ele terá alguma consequência prática na indução de novas políticas oficiais na área de infra-estrutura – acrescentou Mauro Miranda.

O senador disse “querer acreditar que sim”, já que o secretário-executivo do ministério declarou que os resultados dos estudos vão estabelecer as prioridades do Plano Plurianual de Investimentos do governo federal para o quadriênio 2000/2003.

Mauro referiu-se especificamente a interesses de Goiás: a duplicação da rodovia Goiânia-São Paulo – “solução para escoar a produção agrícola e industrial que está afunilada numa pista única, congestionando as cargas do Norte, do Centro-Oeste e de parte do Nordeste que buscam os centros consumidores de São Paulo, o porto de Santos e os países do Mercosul” – e a construção da ferrovia Pirapora-Unai, uma nova alternativa de transporte para a produção goiana de grãos.

Gilvam elogia atuação de Raphael Grecca

A atuação do ministro do Turismo e Esportes, Raphael Grecca, recebeu ontem elogios do senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Para o senador, Grecca tem realizado um trabalho “fantástico”, em que se destaca a construção de quadras poliesportivas.

– O ministro é um presente que o Paraná nos deu. É talentoso e desportista – resumiu.

Gilvam Borges aproveitou seu pronunciamento, em comunicação inadiável, para anunciar que ouvirá atentamente o discurso do senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre nepotismo, previsto hoje.



Gilvam destacou a construção de quadras esportivas

Marluce pede estímulo à lapidação

No propósito de incentivar a lapidação de pedras preciosas e semipreciosas, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) apresentou projeto de lei concedendo incentivo fiscal às empresas mineradoras. O projeto estabelece que essas empresas poderão depositar no Banco do Brasil, para reinvestimento, 50% do valor do Imposto de Renda devido por seus empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescidos de 50% de recursos próprios.

A senadora justificou a iniciativa dizendo que, embora disponha de aproximadamente 60% das reservas mundiais de pedras preciosas e semipreciosas, o Brasil apresenta uma participação bastante modesta – menos de 1% – no comércio internacional desses artigos.

– É fora de dúvida que a atual sistemática de exploração de pedras preciosas vem se tornando altamente danosa aos interesses do país – afirmou Marluce.



Marluce considera o atual sistema danoso ao país

Projeto torna crime a violação de intimidade

Projeto de autoria da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) tipifica o crime de violação da intimidade, através da divulgação de fato, imagem, escrito ou palavra de caráter privado. A intenção da senadora é punir um comportamento que a sociedade já repudia, mas que a lei ainda não considera crime. Pelo projeto, quem cometer o crime de violação da intimidade estará sujeito a pena de um



Luzia Toledo

a seis meses de prisão: – A intimidade de uma pessoa é sagrada. Isso não impede que haja pessoas dispostas a violar esse preceito moral, como os infames *paparazzi*. A proposta pretende dar feição penal a esse preceito, tipificando a conduta de violação da intimidade, o que em última análise visa à proteção da dignidade da pessoa humana – justificou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Baixo Impacto e Tai-chi-chuan
7h30 – Especial Unip – Linguagem Musical - 1ª parte
7h55 – Senado em Pauta
8h – Saúde Todo Dia – Ginástica Natural
8h30 – Jornal do Senado
8h55 – Senado em Pauta
9h – Cores do Brasil – Amazonas
9h30 – Entrevista – O senador Luiz Estevão fala sobre dois projetos de sua autoria que arrecadam dinheiro de bebidas e cigarros para o tratamento de pessoas cuja saúde foi prejudicada pelo uso desses produtos
9h55 – Senado em Pauta
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
12h30 – Entrevista – O senador Luiz Estevão fala sobre dois projetos de sua autoria que arrecadam dinheiro de bebidas e cigarros para o tratamento de pessoas cuja saúde foi prejudicada pelo uso desses produtos
12h55 – Senado em Pauta
13h – Cores do Brasil – Ceará
13h30 – Mulheres em Destaque – A titular da Delegacia da Mulher em Brasília, delegada Débora Menezes
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 – Entrevista – O senador Luiz Estevão fala sobre dois projetos de sua autoria que arrecadam dinheiro de bebidas e cigarros para o tratamento de pessoas cuja saúde foi prejudicada pelo uso desses produtos
19h – Agenda Econômica – Entrevista com o ministro do Trabalho e do Emprego, Francisco Dornelles

(reapresentação)

20h – Cores do Brasil – Bahia
20h30 – Entrevista – O senador Luiz Estevão fala sobre dois projetos de sua autoria que arrecadam dinheiro de bebidas e cigarros para o tratamento de pessoas cuja saúde foi prejudicada pelo uso desses produtos
21h – Jornal do Senado
21h15 – Mulheres em Destaque – A titular da Delegacia da Mulher em Brasília, delegada Débora Menezes
21h55 – Senado em Pauta
22h – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado. Em seguida – Música e informação
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo). Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo). Em seguida – Música e informação
19h – “A Voz do Brasil”. Em seguida – Música e informação
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”. Em seguida – Música e informação
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”. Em seguida – Música e informação
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”. Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise). Em seguida – Música e informação

Requião quer atribuir ao STJ criação das varas federais

Segundo senador, proposta é a contribuição do Congresso para dar ao Judiciário as condições necessárias ao seu bom funcionamento

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou ontem que reapresentou a proposta de emenda constitucional sugerida pelo ex-senador Josaphat Marinho para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em crimes financeiros. A proposta será examinada agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

– Com essa proposta, pretendemos oferecer a nossa contribuição para que o Senado e o Congresso ajudem a dotar o Estado brasileiro, e, especificamente, o Judiciário, das condições necessárias ao seu bom funcionamento, especialmente quanto à eficiência na persecução penal aos chamados criminosos do colarinho branco, cuja impunidade constitui atualmente uma das debilidades da democracia brasileira – argumentou o senador.

Requião explicou que, quando os crimes do colarinho branco são objeto de ação judicial, as dificuldades para se definir o delito, cominar a pena e, especialmente, identificar a autoria são enormes. E, em sua opinião, “não se pode simplesmente atribuir tal situação a uma presumida boa vontade de setores do Poder Judiciário com delinquentes ricos e poderosos,

como são, muitas vezes, os envolvidos com os crimes de corrupção e assemelhados”.

Mesmo levando em conta as falhas humanas, ele apontou outras razões, de natureza estrutural, relacionadas com a própria forma de organização do Judiciário, e, especificamente, do Judiciário federal. Segundo o senador, “deve ser lembrada a enorme e ampla gama de matérias que são submetidas aos juizes federais de primeira instância como uma das razões que explicam a presente dificuldade em se punir os autores de crimes financeiros”.

Ele alegou que a magistratura brasileira tem enfrentado diversas dificuldades para a prestação jurisdicional com qualidade e presteza. E apontou, entre elas, a quantidade e ampla diversidade dos processos sobre os quais o juiz deve decidir. “Tal quadro é especialmente grave na magistratura federal de primeira instância”, afirmou. É em respeito ao princípio constitucional da separação dos Poderes que Roberto Requião defende essa emenda constitucional, que se limita a conferir ao STJ a atribuição de propor ao Congresso o projeto de lei para a criação das varas da Justiça Federal especializadas em crimes financeiros.



Para Requião, Judiciário enfrenta diversas dificuldades para prestar serviços com qualidade e presteza

O senador anunciou que pretende abordar hoje em plenário a proposta que criou o órgão externo de controle da magistratura na Argentina. Pretende também analisar outras iniciativas que, à margem da CPI que visa investigar irregularidades, procuram aperfeiçoar o Poder Judiciário no Brasil. Como exemplo, ele se referiu à supressão das provas orais em concursos públicos que não sejam de professores e promotores, para evitar a manipulação das notas; e a introdução de outras medidas em relação, por exemplo, à questão do nepotismo.

Arlindo pretende criar câmaras intersindicais

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) apresentou projeto de lei criando câmaras intersindicais de conciliação, com a atribuição de resolver dissídios individuais de trabalho, quando a matéria objeto do litígio for passível de transação. Com essa iniciativa, o parlamentar deseja impedir que se acumulem, perante a Justiça do Trabalho, processos judiciais que, muitas vezes, envolvem dissídios facilmente solucionáveis por meio de mediação ou conciliação.

Porto argumentou que o acúmulo de ações trabalhistas tem gerado diversos transtornos, visto que os trabalhadores podem levar anos para percorrer os inúmeros trâmites processuais, quando não desistem simples-

mente de ver reconhecidos seus direitos. Na opinião dele, isso tem um enorme custo social, além do custo econômico que representa para o Estado a manutenção das estruturas administrativas e judiciais necessárias para enfrentar as demandas.

O senador acredita que a solução desse problema envolve um esforço para a autocomposição dos conflitos trabalhistas, com o estímulo para que as partes encontrem uma decisão equânime, capaz de superar as dificuldades e restabelecer a harmonia entre elas. Nesse sentido, o parlamentar considera os sindicatos fundamentais para levar as partes à mesa de negociações:

– Eles possuem a estrutura ne-



Na opinião de Arlindo Porto, demora no julgamento dos processos tem um enorme custo social e econômico

cessária e estão capacitados a realizar, com baixos custos, os esforços necessários à solução da maioria das lides trabalhistas, como prova o exemplo da Comissão Intersindical de Conciliação, criada em Patos de Minas (MG), com participação direta e efetiva da União Sindical Patense – argumentou Arlindo Porto.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Viana denuncia esterilização em massa

Senador afirma que na Amazônia ligadura de trompas já é o método mais utilizado para evitar filhos e reclama da falta de uma posição clara do governo sobre o assunto



Leomar Quintanilha anuncia realização de seminário no mês de junho

Manipulação genética exige debate amplo, diz Quintanilha

Autor da proposta de realização de um seminário sobre manipulação genética, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse ontem que seu objetivo é promover, através da Comissão de Assuntos Sociais, um amplo debate da questão, para que os senadores tenham condição de construir a respeito dela um arcabouço legal moderno. O seminário será realizado em junho, informou Quintanilha.

O evento deverá contar com a presença de representantes da comunidade científica, organizações não-governamentais, Igreja, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e governo, para que as discussões não se restrinjam ao ponto de vista científico e incluam abordagens orientadas pela ética e pela tecnologia de aplicação dos avanços da ciência, principalmente na área de alimentos agropecuários, explicou o senador. O fato, na sua opinião, é que a manipulação genética já saiu dos laboratórios e ganhou espaço econômico, como demonstram as discussões em torno da soja transgênica.

Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) afirmou que a utilização de produtos transgênicos precisa ser examinada com muito cuidado, inclusive porque eles estão sendo adotados em larga escala nos Estados Unidos e nos vizinhos Uruguai e Argentina.

O senador Tião Viana (PT-AC) denunciou ontem um movimento de esterilização em massa que está se instalando informalmente no Brasil, em especial na Amazônia, onde a ligadura de trompas já é o método mais utilizado para evitar filhos indesejados. "O governo não incentiva a política, mas também não toma medidas sérias para coibir a atuação de ONGs que favorecem esse tipo de procedimento", disse.

Segundo Tião Viana, cerca de 75% das mulheres que usam métodos contraceptivos no Rio de Janeiro e São Paulo optam pela laqueadura ou pela pílula. "Na região Centro-Oeste, a percentagem é de 65%, e no Norte um pouco menor. Mas todos conhecem as filas de mulheres que se formam, em época de eleições, para obter ligadura de trompas gratuita em troca de seu voto", afirmou.

Para o senador pelo Acre, no Brasil não há superpopulação, sobretudo na região Norte. "Por falta de uma posição clara do governo e demais autoridades, a livre informação sobre todos os



Para Tião Viana, há um movimento de esterilização em massa se instalando informalmente no Brasil

métodos anticoncepcionais não acontece, levando número expressivo de mulheres, especialmente na faixa de 14 a 20 anos, a optar por um método invasivo, caro e radical como é a laqueadura", alertou.

Em aparte, os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) concordaram com a gravidade das denúncias e apontaram o caminho correto – o planejamento familiar que forneça todas as informações à mulher, possibilitando sua escolha livre e cons-

ciente. Para Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é preciso sustar essa "farra da esterilização".

Alcântara lembrou a aprovação de um projeto de lei, na legislatura passada, dando responsabilidade ao governo de orientar as famílias sobre todos os métodos contraceptivos. "Acho que é o caso de fazermos um pedido de informações ao Ministério da Saúde sobre as consequências práticas dessa lei", disse. Tião Viana e Bernardo Cabral também se manifestaram dispostos a assinar o pedido.

Maguito quer prisão perpétua para seqüestrador

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) anunciou que apresentará na próxima semana proposta de emenda constitucional instituindo prisão perpétua para seqüestradores de crianças, de idosos e de deficientes físicos. Além disso, o senador propôs que fiquem indisponíveis os bens de familiares das vítimas. A medida, caso seja aprovada, deverá atingir até parentes em terceiro grau dos seqüestrados.

O caso do compositor goiano Wellington Camargo, irmão dos cantores Zezé di Camargo e Luciano, foi mencionado por Maguito Vilela como exemplo de que o seqüestro, "em si, já uma covardia", toma contornos ainda mais dramáticos quando praticado contra os mais indefesos, que, portanto, "sofrem muito mais". Ele disse desejar que o clima emocional criado no país com o desfecho do crime acabe por facilitar a aprovação de seus projetos.

Com relação à indisponibilidade dos bens da família, o senador ex-



Maguito Vilela vai propor também indisponibilidade dos bens de familiares de vítimas de seqüestros

plicou que, dessa forma, "os seqüestradores ficam sem o mecanismo da chantagem para conseguir dinheiro em troca da libertação da vítima". Segundo Maguito, a Itália já adotou uma legislação semelhante e conseguiu reduzir "drasticamente" o número de seqüestros. "Vamos seguir o exemplo da Itália, antes que nos transformemos em uma Colômbia, onde a indústria do seqüestro só perde para o tráfico de drogas", alertou.

Para Maguito, não somente os ricos serão beneficiados com a adoção de uma legislação mais dura contra o seqüestro. "Há uma banalização desse crime no país, com o estabelecimento de valores de acordo com a classe social da vítima", frisou. Segundo estatísticas do Ministério da Justiça, citadas pelo senador, as polícias estaduais já registraram ocorrências de pedidos de resgate de até R\$ 500,00.

Seminário oferece visão geral do Senado

Ao fazer ontem a palestra de abertura do seminário "Visão Geral do Senado Federal", promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, expôs a sistemática de modernização da Casa, baseada na melhoria da qualidade e quantidade de informações oferecidas aos senadores e na criação de uma política de comunicação para dar condições iguais a todos os parlamentares.

– A modernização do Senado brasileiro obedece a dois objetivos específicos. Um deles é desenvolver o Legislativo municipal, o estadual e o próprio corpo de servidores da Casa. O outro é transformar o Senado em um pólo de desenvolvimento para os senados latino-americanos – explicou Agaciel Maia.

O diretor-geral informou que o processo de modernização inclui a instalação de pelo menos um computador na câmara de cada município brasileiro, dotado de Internet e com possibilidade de acessar a programação da TV Senado. Com isso, explicou, a câmara municipal poderá ter acesso ao banco de dados do Senado e de outras instituições com *home page* na Internet.

Quando cada câmara municipal tiver um microcomputador em sua sede, continuou Agaciel, o ILB passará a funcionar como uma universidade a distância, programando cursos sobre temas de interesse do Legislativo, ministrados através da TV Senado. O Senado brasileiro também já está oferecendo sua experiência para os demais senados latino-americanos.

A segunda palestrante do dia, a diretora da Secretaria Administrativa, Paula Cunha, falou sobre aspectos específicos de sua área de atuação. Ela forneceu informações e conhecimentos básicos de interesse dos servidores que acabam de ingressar na Casa, público alvo do seminário promovido pelo ILB. O evento, que está sendo realizado na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, prossegue hoje, a partir das 14h30, quando o diretor Fernando Cesar Mesquita falará sobre a Secretaria de Comunicação Social. Em seguida, o consultor-geral legislativo Dirceu Teixeira de Matos exporá sobre o tema "Interfaces entre o assessoramento político/pessoal e o assessoramento institucional".